

Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. Objeto

Formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil – OSC, para repasse de valor financeiro para a Apae de Maravilha, no exercício de 2025.

2. Local de Entrega

Prefeitura de Maravilha- SC, Avenida Euclides da Cunha, nº 60.

3. Contato

E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br

Telefone: 49 3664-0044

Responsável: Bruna Vanessa da Silva

4. Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes aos princípios que regem a Administração Pública.

5. Descrição da necessidade

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

Considerando o Documento de Formalização de Demanda - DFD apresentado pela Sra. Ana Paula de Oliveira, secretária de assistência social, que justifica a necessidade de formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil – OSC, para repasse de valor financeiro para a Apae de Maravilha, no exercício de 2025, se justifica pela necessidade de manutenção e aprimoramento dos serviços oferecidos, permitindo que a APAE amplie seu alcance e qualidade no atendimento à comunidade.

6. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Município de Maravilha	Ana Paula de Oliveira

7. Previsão no plano de contratações anual

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Maravilha fez a previsão dos gastos com aperfeiçoamento de pessoal no Plano Anual de Contratações.

8. Requisitos da Contratação

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art.7º, inciso II da IN 40/2020).

Primeiramente deve-se analisar o que versa o art.74 da Lei 14.133/21, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

Assim, trata-se de contratar a empresa da **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARAVILHA CNPJ nº 78.472.545/0001-98**, considerando que a empresa atende aos requisitos legais de habilitação.

Portanto, a escolha da empresa se justifica não apenas pela conformidade com os requisitos legais, mas também pelo apoio financeiro à APAE que fortalece a rede de proteção social do município, e reforça o compromisso do poder público com a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Além disso, observa-se, conforme o Documento de Formalização de Demanda (DFD) apresentado, que, de acordo com a Secretaria, a seleção da empresa contratada constitui o meio apropriado para alcançar o objetivo desejado

9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

Considerada a expectativa de consumo anual de um curso nesse tema específico.

10. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso, trata-se de inexigibilidade de licitação a contratação da empresa **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARAVILHA** considerando que a empresa atende os requisitos legais de habilitação. Por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominante intelectual e com profissional ou empresa de notória especialização, o que inviabiliza o levantamento de mercado.

11. Estimativa do preço da contratação

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa do valor da contratação é de R\$ R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

12. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN40/2020).

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)** desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, oferecendo atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A instituição presta serviços essenciais nas áreas de educação especial, saúde, assistência social e desenvolvimento de habilidades, garantindo o exercício pleno da cidadania para seus beneficiários..

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica.

14. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

O treinamento se faz necessário pois busca melhor atender a população maravilhense, através de uma gestão de qualidade e consequentemente profissionais mais bem qualificados para o atendimento ao público.

15. Providências prévias ao contrato

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

As providências prévias à contratação, especialmente no contexto de uma licitação pública, são etapas fundamentais para assegurar a transparência, legalidade e eficiência no processo de aquisição de bens ou serviços.

Desenvolver um documento detalhado descrevendo as especificações técnicas, requisitos e características do objeto a ser contratado. Incluir informações sobre prazos, condições de entrega, critérios de aceitação, edemais aspectos relevantes para a execução do contrato.

16. Contratações correlatas/interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Comentários: Não se aplica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

Não se aplica

18. Declaração de Viabilidade

Declaro Viável a Contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

A contratação da empresa denominada **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARAVILHA** é respaldada pelo art. 74, I, da Lei 14.133/21, que prevê a inexigibilidade quando inviável a competição.

A solução proposta atende não apenas às necessidades imediatas do Município de Maravilha, mas também está alinhada com as exigências legais, representando um investimento no fortalecimento das práticas de governança.

Com base nessas considerações, concluímos pela viabilidade da contratação da empresa **ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARAVILHA**, que se apresenta como a opção mais adequada para atender às necessidades do Município de Maravilha, garantindo a continuidade e a eficiência das atividades.

Maravilha - SC, 03 de março de 2025.

Ana Paula de Oliveira